

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 104.688 - SP (2018/0283100-6)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
RECORRENTE : RANNER WILLKER SALGADO (PRESO)
OUTRO NOME : RANNER WILKER SALGADO
ADVOGADO : NILSON JACOB - SP028549
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. ROUBO MAJORADO (EMPREGO DE ARMAS, CONCURSO DE AGENTES E RESTRIÇÃO DA LIBERDADE DAS VÍTIMAS) E TENTATIVA DE HOMICÍDIO. PRISÃO PREVENTIVA. GRAVIDADE CONCRETA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. EXCESSO DE PRAZO. NÃO OCORRÊNCIA. SÚMULA 21 DO STJ. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. RECURSO DESPROVIDO.

1. Para a decretação da prisão preventiva é indispensável a demonstração da existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria. Exige-se, mesmo que a decisão esteja pautada em lastro probatório, que se ajuste às hipóteses excepcionais da norma em abstrato (art. 312 do CPP), demonstrada, ainda, a imprescindibilidade da medida. Precedentes do STF e STJ.

2. Caso em que a segregação cautelar foi mantida pelo Tribunal impetrado em razão da periculosidade da recorrente, evidenciada pelo *modus operandi* dos crimes imputados – roubo praticado em concurso de agentes e emprego de arma de fogo, em que as vítimas foram mantidas no piso inferior da residência, com a visão coberta por um lençol, sendo que uma delas ainda foi amarrada com uma gravata. Ademais, durante a fuga, o recorrente teria efetuado disparo de arma de fogo e arremessado o veículo que dirigia contra a moto do policial, que conseguiu se jogar ao solo, saindo do raio de ação do recorrente. Prisão mantida para a garantia da ordem pública. Precedentes.

3. O constrangimento ilegal por excesso de prazo não resulta de um critério aritmético, mas de uma aferição realizada pelo julgador, à luz dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, levando em conta as peculiaridades do caso concreto, de modo a evitar retardo abusivo e injustificado na prestação jurisdicional.

4. No caso, a ação penal apresenta certa complexidade – três réus com pluralidade de defensores e apura dois fatos criminosos, o que efetivamente exige maior prazo para a realização dos atos processuais. Ademais, a instrução processual foi concluída e proferida a sentença de pronúncia, circunstância que atrai a aplicação do enunciado n. 21 desta Corte.

5. Recurso ordinário em *habeas corpus* desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso. Os Srs. Ministros Ribeiro Dantas, Joel Ilan Paciornik, Felix Fischer e Jorge Mussi votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 05 de fevereiro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator